

**Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói -
04-11-2019**

Aos 04 dias do mês de novembro de 2019 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói no Teatro Popular Oscar Niemeyer, localizado à Rua Jornalista Rogério Coelho Neto, s/n - Centro.

A reunião teve início às 18hs, conforme primeira chamada, e foi aberta pelo presidente Vitor Vogel abrindo para informes dos presentes. Alexandre Santini, conselheiro titular pela Fundação das Artes de Niterói, abriu os informes com um convite aos presentes para que estejam presentes na apresentação do espetáculo “Paulo Freire: O Andarilho da Utopia”, que será realizada neste mesmo teatro no próximo dia 06 de novembro, em apresentação única e gratuita às 19hs. Após o informe de Alexandre, Cynthia Ramos, conselheira suplente da Setorial de Artesanato e Economia Solidária, apresentou seu informe sobre um projeto apresentado durante reunião entre as setoriais de Artesanato e Economia Solidária junto a setorial de Cadeia Criativa, Produção Cultura, Mercado Cultural e Moda para uma capacitação de um ano voltada aos artesãos da cidade que foi articulado e conseguido pela conselheira e que em breve estará apresentando o projeto ao secretário Victor De Wolfe. Matheus Lima, conselheiro titular pela Subsecretaria Municipal das Culturas, terminou a rodada de informes apresentando aos conselheiros o resultado parcial obtido pelo Cadastro de Artistas, Produtores e Entusiastas da Cultura de Niterói, que obteve mais de 1500 interesses demonstrados por cerca de 300 pessoas. O conselheiro pontuou que é possível melhorar bastante e ampliar esse cadastro e reforçou o pedido aos conselheiros para que mobilizem suas setoriais para que se inscrevam e participem do processo, cuja inscrição é rápida, prática e auxiliará o Departamento de Participação Popular da SMC, coordenado por Matheus, na mobilização das próprias câmaras setoriais deste conselho. Marcelo de Mattos, titular da Setorial de Teatro e Circo, sugeriu que os conselheiros, em suas reuniões setoriais, façam coleta presencial e manual destes dados, para contemplar quem não tenha acesso, julgue não ter tempo ou tenha dificuldades no trato tecnológico para que se inscrevam caso não o tenham feito.

Terminada a rodada de informes, Vitor Vogel, presidente e titular da Câmara Setorial de Artes Visuais, apresentou o ponto único de pauta da noite, a aprovação do Regimento para V Conferência Municipal de Cultura e convida Alexandre Santini a apresentar o que foi construído pelo GT após a última reunião. Santini informa, primeiramente, que concomitantemente à elaboração do regimento, houve um significativo avanço na construção do seminário inaugural da conferência e pede que Victor De Wolf, Secretário Municipal das Culturas e membro nato deste conselho, apresente e fale mais sobre como será o evento. De Wolf introduz o assunto apresentando em slides a identidade visual já adotada para o seminário, cujo mote e razão central seria de reconectar a cultura niteroiense com a realidade da cultura mundial, abordando questões-chave de nossa época, como as questões identitárias, que estão sofrendo constante ataque em âmbito federal. Com a intenção de que Niterói se coloque na vanguarda em como contraponto político ao atual desmonte das políticas públicas de cultura no âmbito federal, o seminário marcará também a proposta de adesão de Niterói à rede IBER Cultura Viva e também convocará reunião do Fórum Estadual de Secretários de Cultura e Gestores Culturais do Estado do RJ, com convites aos gestores de todas as secretarias de cultura de todos os 93 municípios do estado que elegerão um novo representante durante o seminário. Victor informa, inclusive,

que a articulação entre os gestores culturais do estado, permitirá a convocação do Fórum Estadual de Cultura, que não se encontra há muito tempo e que reúne poder público e sociedade civil no mesmo debate. As mesas que estão sendo construídas para o evento, portanto, visam essa amplitude no olhar para a cultura de forma ampla e situando Niterói em um cenário de vanguarda nacional e internacional, observando paridade de gênero e raça nos nomes dos palestrantes. Informa, por último, da existência de uma possível parceria entre a SMC e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense (DCE/UFF) para a realização de um show de encerramento do evento que contaria com o grupo Baiana System.

Alexandre Santini complementa informando que durante a programação do seminário, há importantes atribuições ao conselho, principalmente para o dia 29, cuja agenda depende de sugestões de cada Câmara Setorial, propõe que se pense um prazo para que as câmaras pensem sua participação e façam suas sugestões à programação. Sugere também que se pense na reunião do Fórum de Cultura de Niterói, nunca antes reunido.

Vitor Vogel, presidente deste conselho, finaliza a discussão sobre o seminário pontuando que todos os conselheiros que aqui atuam o fazem por conta de alguma militância em suas respectivas áreas da cultura e que, no seu caso, já havia pensado e agendado com antecedência um evento de fotografia homenageando Niterói no mês de seu aniversário e que, por ocasião da coincidência do agendamento do seminário com seu evento, propõe abrir mão da data pré-agendada, mas pede ao secretário que a FAN e a SMC façam um esforço para realocar e conseguir nova data e sugere a inclusão de uma mostra das artes visuais à programação. Propõe, também, dessa vez às Câmaras Setoriais de Biblioteca, Literatura, Leitura e Arquivo e também de Comunicação Social, Comunitária, Difusão Cultural e Cultura Digital, que realizem ao longo da V Conferência uma Conferência Livre Intersetorial em diálogo com a Câmara Setorial de Artes Visuais a qual representa.

A respeito da pauta referente ao regimento, Vogel questiona como se dará essa aprovação, pontuando que há duas formas de se fazê-la: a leitura ponto a ponto e pausa para esclarecimento de dúvidas ou possíveis questões que os conselheiros possam apontar ou que os conselheiros apontem suas questões, tendo em vista que receberam o documento com uma semana de antecedência e tiveram tempo de lê-lo e fazer suas observações. Rosane Ramos, conselheira titular da Setorial de Artesanato e Economia Solidária, propõe que quem tenha dúvidas ou sugestões as apresente e adianta que não há discordâncias em relação à redação do documento e que o aprova na íntegra. Sem discordâncias à proposta da conselheira, a discussão da pauta se dá a partir da apresentação de dúvidas e sugestões de todos e todas.

Marcelo de Mattos, conselheiro titular da Setorial de Teatro e Circo, apresenta dúvidas em relação à execução do capítulo IV, art. 12 do regimento, que estabelece critérios para a eleição de delegados à plenária final. O conselheiro questiona como será comprovada e fiscalizada a atuação dos participantes na atividade e como será feita a divisão paritária de gênero estabelecida pelo ponto “b)” do artigo. Alexandre Santini informa que todos os participantes de uma conferência setorial com a presença de até 50 pessoas são automaticamente eleitos delegados à plenária final, comprovando sua participação a partir de listas de presença de responsabilidade de cada setorial, ressaltando, porém, que contarão com acompanhamento do Departamento de Participação Popular da SMC para fazê-lo. A respeito do item B, o secretário pontua que se trata muito mais de uma orientação

do que uma obrigação, que muitas setoriais, por questões de mobilização, não terão condições de segui-la, mas as que puderem assim o façam.

Cynthia Ramos, suplente da Setorial de Artesanato e Economia Solidária, pergunta como fazer esse controle de forma eficiente levando em consideração que muitos podem comparecer para assinar a lista e ir embora, Marcelo de Mattos complementa dizendo que isso representa risco de manipulação política na plenária final, com pessoas comparecendo apenas para se fazerem delegados e ter voto ao final do processo conferencial. Vitor Vogel ressalta que haverá o acompanhamento da secretaria neste processo e que as observações são pertinentes e são coisas a se pensar para que não aconteça se realize tal cenário.

Confuso após a última discussão, Marcelo de Mattos pergunta o que seria a comprovação de atividade, se essa atividade seria o evento ou a atividade profissional do participante, que o ligaria à setorial. Alexandre Santini elucida que a atividade em questão é a conferência em si e não a atividade profissional do participante e ressalta que o regimento prevê a participação da sociedade civil por meio de qualquer interessado na atividade das câmaras setoriais, de forma que consumidores, artistas e produtores podem estar juntos em uma mesma conferência e serem eleitos delegados à plenária final. Santini contrasta a conferência setorial com as conferências livres, mostrando que essas tem muito mais critérios para serem puxadas e que, diferentemente das conferências setoriais, não são espaço deliberativo. Por tais razões acredita que a organização das setoriais com o apoio da secretaria de cultura, dada a importância das conferências setoriais, estabelecerá meios de impedir que sejam utilizadas politicamente.

Seguindo as observações em relação ao regimento, o presidente Vitor Vogel sinaliza que no capítulo VI, que trata dos delegados natos, é importante salientar que tratam-se de delegados natos não só do poder público, mas também da sociedade civil, pois há constantemente, por parte de membros da sociedade civil, confusão sobre o papel dos conselheiros sendo vistos como membros do poder público e a redação, da forma como está, poderia reforçar essa confusão. Alexandre Santini rebate dizendo que não há essa confusão, pois apenas membros do poder público são considerados delegados natos, ao que Vogel lembra que, na verdade, todos os trinta conselheiros, titulares e suplentes, da sociedade civil, são considerados delegados natos e que sua presença deve ser marcada fora da aba do poder público. Alexandre Santini, no entanto, ressalta que só os representantes do poder público são considerados delegados natos, ao que Vogel ressalta que isso é verdade, em grande parte, mas que os 30 conselheiros, titulares e suplentes, representantes das câmaras setoriais, são da sociedade civil e são delegados natos e que a forma como isso está descrito no regimento pode abrir margem para confusão e portanto é preciso salientar a presença de delegados natos da sociedade civil, além do poder público.

Daniel Ruiz, conselheiro suplente da Câmara Setorial de Cadeia Criativa, Produção Cultural, Mercado Cultural e Moda, entende que não foi respondida a questão de Cynthia sobre a participação de “curral” na conferência, ao que Matheus Lima reforça que haverá acompanhamento do Departamento de Participação Popular nessa questão, Santini reforça que haverá ata para eleição de delegados além de lista de presença para comprovar a participação de todos no evento e sugere que sejam pensados mecanismos para que essas ferramentas sejam eficientes em seus propósitos.

Em meio à confusão entre as falas, que voltaram à questão dos delegados natos ao mesmo tempo em que se discutiam outras questões, Felipe Carvalho, conselheiro titular da

Câmara Setorial de Patrimônio Artístico, Cultural, Material e Imaterial, chama uma questão de ordem atentando a formação de uma roda de homens discutindo unilateralmente em um canto do palco enquanto do outro lado há conselheiras e conselheiros de mão levantada esperando sua vez para falar, aproveita para se posicionar e dizer que não acredita que há confusão em relação à questão dos delegados natos na redação do regimento. Alexandre Santini, concordando com a questão levantada por Felipe, encerra a discussão propondo que se altere o título do capítulo incluindo menção à sociedade civil na redação.

Pedindo a palavra, Natália Valdannini, conselheira titular da Câmara Setorial de Dança, informa que não participou do último edital de fomento direto porque entendeu que não poderia participar por ser integrante do conselho e que não estava claro no edital que era possível que participassem. Felipe Carvalho lembra que havia sido avisado em reuniões anteriores sobre a possibilidade de participação, mas reforça que ainda há a confusão e que os editais precisam ser mais claros nesse sentido. O secretário das culturas, Victor De Wolf, lembra que ante sua convocação de uma audiência pública para discussão da revisão da lei municipal de cultura, que rege sobre a questão, nenhum conselheiro se fez presente na câmara municipal no dia do debate, apesar de diversas reclamações em relação a essa questão, reforça que nos editais de fomento direto não é negada a participação a membros do conselho, exceto para editais que são convocados através do fundo municipal de cultura, que é ligado à lei municipal de cultura.

O secretário aproveita a palavra para sugerir pequenas mudanças na redação do art. 23 do regimento, em que os quatro representantes finais descritos no artigo aparecem fora de padrão em relação ao restante do documento e sugere que sejam adequados ao restante. Questiona também se o regimento prevê um número máximo de delegados, considerando um possível problema logístico que a secretaria possa ter que enfrentar caso haja um número elevado de delegados para participar da plenária final. Alexandre Santini ressalta que não há previsão de um número final de delegados, pois como as conferências livres podem ser livremente convocadas pela sociedade civil, não sabemos ainda quantas conferências serão realizadas, mas lembra que será estabelecido um período para a realização das mesmas e de data para aprovação de sua realização, que deverá atender aos critérios estipulados para que ocorram, isso possibilitará a realização de um planejamento e fornecerá uma ideia do número máximo de delegados que a conferência poderá atingir. O conselheiro lembra também que as conferências livres podem eleger até 5 delegados e que, em relação às conferências setoriais, esse número é muito baixo, portanto, mesmo que hajam muitas, não causarão grande impacto no número final de delegados. De Wolf aceita que seja dessa forma se for de vontade do conselho e que a secretaria estará aberta e trabalhará para providenciar essa logística, aproveita para lembrar que é preciso atualizar a lista das delegações natas e mostra que não há na nova redação, por exemplo, um representante do Teatro Popular Oscar Niemeyer e que é preciso incluí-lo.

Um dos ouvintes da reunião, Luga, questiona sobre o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense e se não seria pertinente incluí-lo na lista de delegações natas. Alexandre Santini lembra que o DCE da UFF é uma entidade da sociedade civil e que, portanto, não pode ter delegação nata, que, como discutido anteriormente, apenas os membros deste conselho podem ser considerados delegados natos pela sociedade civil. Ana Cristina Rodrigues, conselheira titular da Câmara Setorial de Biblioteca, Literatura, Leitura e Arquivo, aproveita para questionar a razão de apenas alguns

representantes de setores da UFF estarem listados como delegados natos, enquanto representantes de outros setores, como o curso de biblioteconomia, não estão incluídos na listagem. Santini ressalta que apenas os representantes dos equipamentos culturais da universidade constam na lista, que se abrissemos para a participação de todos os setores interessados na área cultural a lista seria enorme e incluiria representantes de diversos departamentos e institutos, sendo inviável.

Marcelo Mattos, com a palavra, afirma que se, os membros os representantes de cada setorial em suas conferências setoriais, serão responsáveis pela eleição de até 50 delegados para a plenária final da conferência, se faz necessária uma orientação didática desse regimento para todos os conselheiros e questiona, apesar de acreditar ter elucidado já sua questão com a leitura reforça a importância de tirar a dúvida por já terem havido compreensões diferentes da mesma redação, que o art. 13 define que cada conferência setorial deverá aprovar até duas propostas gerais prioritárias para levar à plenária final e que no art. 34, sobre o que será levado à plenária final, está descrito que serão levados à plenária final as propostas setoriais e suas propostas gerais, questiona se o que será levado à aprovação será apenas as propostas gerais. Alexandre Santini confirma e lembra que as propostas setoriais, a partir do momento em que forem aprovadas pela conferência setorial serão apenas apresentadas para apreciação de todos os setores na plenária final, e que somente serão levadas à deliberação as propostas gerais sugeridas por cada setorial e que das 30 que deverão ser apresentadas, 15 serão eleitas prioritárias para entrar em vigência, não deixando de lado, no entanto, as demais.

Terminada a discussão, o presidente Vitor Vogel, pede à Matheus Lima que elenque as alterações sugeridas para deliberação do conselho. Atendendo à solicitação de Vitor, Matheus Lima elenca as revisões à minuta do regimento: paginar o documento; alterar o título do capítulo VI sugerindo que se trata também das delegações natas da sociedade civil; adequar a redação do art. 23 ao restante do documento; no art. 24, item a), manter o número de delegados, mas rever a lista e inserir o Teatro Popular; alterar no art. 12, item a), substituir “na atividade” por “no encontro”. Terminada a revisão, Matheus pede à secretaria executiva que faça as mudanças e envie o documento final aos conselheiros.

Cynthia Ramos, pedindo a palavra, faz um lembrete para que o local do seminário inaugural, bem como nos demais espaços da conferência, atendam critérios de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, em especial para cadeirantes. Matheus lembra que a abertura será na Sala Nelson Pereira dos Santos e que a sala conta já com essa estrutura.

Vitor Vogel questiona se há ainda alguma questão não relatada por Matheus e que seja relevante ao debate para encaminhar à aprovação do regimento e de suas alterações. Marcelo de Mattos faz uma ressalva em provocação ao poder público afirmando que, enquanto os delegados eleitos à plenária final pelas conferências, sejam elas setoriais ou livres, são obrigados a participar do debate e a estarem presentes nos eventos, o poder público tem direito à delegações natas que a princípio necessitam apenas fazer-se presente na plenária final, não participando dos debates e discussões, causando um desequilíbrio em relação ao processo orgânico de construção pela qual passarão as setoriais. O conselheiro lembra que são minoria, mas que isso reforça o distanciamento entre poder público e sociedade civil e que não tem nenhuma proposta para mudar isso, portanto chama atenção à questão apenas como uma provocação e um convite para refletir sobre o assunto.

Felipe Carvalho propõe que se pense em campanhas e sugere que a gestão da secretaria e do conselho se articulem para ter ampla participação paritária de gênero e raça, para que a redação do regimento não se consolide apenas como orientação e que muitas vezes aquilo que é apenas uma orientação não será seguido por se tratar apenas de uma orientação. Alexandre Santini, concorda com a provocação de Felipe e ressalta que ao longo desse processo é necessário que tenhamos esse olhar e que a proposta de levar a conferência a diferentes territórios e da realização de conferências livres que podem ser convocadas pela sociedade civil, são formas de tentar olhar e incentivar uma participação ampla e diversificada da sociedade, lembrando que essa preocupação tem que perpassar todos os membros deste conselho que serão mobilizadores de seus territórios e de suas setoriais ao longo da conferência. Em resposta, Felipe afirma que pensar as conferências territorialmente, embora efetiva para a inclusão da questão racial e dos indivíduos que a representam, é insuficiente para incluir, por exemplo, questões relativas à gênero e que não podemos esquecer que há uma importante parcela da sociedade precisando debater o assunto e ocupar os espaços de discussão. Daniel Ruiz pede a palavra para concordar com o colocado por Felipe e lembra que embora haja a dificuldade para estabelecer essa participação na plenária final, esses critérios de seleção não podem ser esquecidos e essa paridade deve ser observada para o estabelecimento da programação do seminário e que essa deve ser uma recomendação. Vitor Vogel, questiona aos membros se há alguma divergência em relação ao tema e se todos aprovam a recomendação que é aceita por unanimidade. Encerrando a discussão, Vinicius Coelho, conselheiro suplente da Subsecretaria Municipal de Planejamento Cultural, sugere a convocação, com apoio do poder público, de ao menos duas conferências livres sobre “cultura e gênero” e também “cultura e raça” como forma de estimular essa participação e aproximar estes setores do processo de conferência.

Um dos ouvintes presentes, pedindo a palavra, ressalta que o termo conferência ainda é um pouco nebuloso para a população em geral e que não viu no documento um convite aberto à população, principalmente àqueles não envolvidos diretamente na área cultural. Também afirma que é importante pensar que esse pode ser um bom momento para estimular empresas a participar do processo de conferência visando atraí-las para atender à lei de incentivo. Cynthia Ramos lembra que essa preocupação foi levantada em encontros anteriores e que apresentou sua preocupação em relação à comunicação da conferência, que precisa ser feita de forma eficiente para que o cidadão comum participe do processo. Felipe Carvalho lembra que esse é um processo novo de conferência no qual estão todos acreditando e que portanto exige criatividade para pensar novas formas de mobilização que também se utilize das novas tecnologias para envolvimento e engajamento da sociedade, sugere que, com o apoio do departamento de comunicação da secretaria de cultura, sejam feitos vídeos com todos os conselheiros da sociedade civil para que os mesmos possam divulgar em suas setoriais e convocar seus integrantes a participar dos eventos e do processo de conferência, o conselheiro aproveita para se despedir e informa que precisa se ausentar por ter outro compromisso. Matheus Lima, reforça que é responsabilidade de todos de fazer com que a conferência atinja o maior número possível de pessoas e lembra que o formato estendido desde o início foi pensado como uma forma de tentar construir essa abrangência.

Findada as discussões, o presidente Vitor Vogel questiona a todos se pode-se então considerar aprovado o regimento com as ressalvas apresentadas por este conselho e

também a realização do seminário nos dias 28, 29 e 30 do mês de novembro com a programação apresentada pelos representantes do poder público. Sem mais questionamentos e nenhuma oposição, as propostas são aprovadas em unanimidade. O presidente agradece a todos e declara o encerramento da reunião.

Vitor Vogel - Presidente

Lucas Jatobá - Secretário Executivo

Conselheiros titulares presentes: Natália Valdannini (Dança), Marcelo de Mattos (Teatro e Circo), Vitor Vogel (Artes Visuais), Victor De Wolf (Secretário Municipal das Culturas), Iolme Lugon (Música), Felipe Carvalho (Patrimônio Artístico e Cultural Material e Imaterial), José Pantoja (Equipamentos Privados de Cultura), Matheus Lima (Subsecretaria Municipal das Culturas), Alexandre Santini (Fundação das Artes de Niterói), Ana Cristina Rodrigues (Biblioteca, Literatura, Leitura e Arquivo), Janaína Lopes Bernardes (Comunicação Social, Comunitária, Difusão Cultural e Cultura Digital).

Conselheiros suplentes presentes: Daniel Ruiz (Câmara Setorial Cadeia Criativa, Produção Cultural, Mercado Cultural e Moda), Marcelo Pinheiro da Silva (Música), Vinicius Coelho (Subsecretaria Municipal de Planejamento Cultural), Cristina Ferreira (Subsecretaria Municipal das Culturas), Cynthia Ramos (Artesanato e Economia Solidária).